

## Nota Informativa – Prova de Conhecimentos

Dia 17/02/2023 às 9:30H

– Escola Secundária Dr. Mário Sacramento –

**Prova de Conhecimentos** - será escrita, com consulta da legislação indicada, de natureza teórica, com a **duração de 90 minutos, acrescidos de 30 minutos de tolerância**, e visa avaliar os conhecimentos académicos e/ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, incluindo adequado conhecimento da língua portuguesa, sendo a classificação expressa de 0 a 20 valores, até às centésimas, e incidirá sobre as **matérias e legislação necessária à sua preparação a seguir discriminadas**:

- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação vigente - enfoque na Parte 2: Título II – Capítulo I (Recrutamento), Capítulo II (Forma, período experimental e invalidades); Título IV – Capítulo I (Direitos, deveres e garantias do trabalhador e do empregador público); Capítulo II (Atividade, local de trabalho e carreiras), Capítulo V (Tempos de não trabalho);

- Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, na redação atual - Código do Procedimento Administrativo: artigos 1.º a 19.º, artigos 53.º a 64.º, artigos 67.º a 76.º, artigos 82.º a 88.º, artigos 102.º a 114.º, artigos 121.º a 125.º e artigos 148.º a 160.º;

- Estrutura Nuclear e Flexível da Organização dos Serviços Municipais do Município de Aveiro, publicado no Diário da República, 2.ª Série n.º 57, sob o Aviso n.º 5972/2022, de 22/03/2022.

- Despacho Normativo n.º 10-B/2021, de 14 de abril, - que procede à segunda alteração do Despacho Normativo n.º 6/2018, de 12 de abril, com a redação dada pelo Despacho Normativo n.º 5/2020, de 21 de abril - Estabelece os procedimentos da matrícula e respetiva renovação e as normas a observar na distribuição de crianças e alunos;

- Lei n.º 51/2012, de 05 de setembro, na redação em vigor - artigos 1.º a 10.º - aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação, agora designado por Estatuto, no desenvolvimento das normas da Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, na redação atual;

- Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação em vigor - Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação;

- Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro, na redação vigente - Regulamenta os critérios e a respetiva fórmula de cálculo para a determinação da dotação máxima de referência do pessoal não docente, por agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas;

- Portaria n.º 684/2006, de 04 de julho – Aprova o regulamento de gestão de documentos da Secretaria - Geral do Ministério de Educação;

- Portaria n.º 1310/2005, de 21 de dezembro – Aprova o regulamento de gestão de documentos dos estabelecimentos de ensino básico e secundário;

- Apoios e Complementos Educativos para o ano letivo 2023/2024, disponível em [https://www.cm-aveiro.pt/cmaveiro/uploads/writer\\_file/document/3706/ace\\_2022\\_2023\\_08abr2023.pdf](https://www.cm-aveiro.pt/cmaveiro/uploads/writer_file/document/3706/ace_2022_2023_08abr2023.pdf)

- Carta Educativa do Município de Aveiro, disponível em [https://www.cm-aveiro.pt/cmaveiro/uploads/writer\\_file/document/861/carta\\_educativa\\_aveiro.pdf](https://www.cm-aveiro.pt/cmaveiro/uploads/writer_file/document/861/carta_educativa_aveiro.pdf) (pontos 4 a 11 – pp. 46-91).